

---

## Paulo Henrique Amorim perde nova ação contra Mainardi

Acusado de fabricar notícias para favorecer quem paga por isso e prejudicar os concorrentes de seus patrocinadores, o *blogueiro* **Paulo Henrique Amorim** não gostou de se ver na posição de vidraça. Processou o jornalista **Diogo Mainardi**, da revista *Veja*, nas esferas cível e criminal. No primeiro caso, perdeu. No segundo, também. E ainda foi condenado, esta semana, a pagar as custas judiciais e os honorários dos advogados de Mainardi — que foi representado por Lourival J. Santos e Alexandre Fidalgo.

Os advogados de Amorim já recorreram. “Esperamos que o Tribunal de Justiça possa prover o recurso”, afirmou José Rubens Machado de Campos.

A iniciativa de Paulo Henrique Amorim chamou a atenção. Afinal, ele ganhou fama pela virulência de seus ataques pela imprensa. Em entrevista à *Folha de S.Paulo* ele já definiu sua atividade como “um exercício de pancadaria verbal” e as teclas de seu computador como “aqueles botões que disparam mísseis”. Segundo Mainardi, Amorim cobrava pelo bombardeio R\$ 80 mil por mês. O colunista de *Veja* afirma que o blogueiro “retomou as práticas mais imundas do jornalismo, como a chantagem, a mentira, a propaganda do poder e a matéria paga”.

O portal *Observatório da Imprensa* já descreveu Amorim como “um protótipo do linchador. Paradigma do empastelador. Agente provocador de quebra-quebras”. Mas foi outra atitude que causou mais estranhamento nos processos: ele pediu, e obteve, o manto protetor do segredo de justiça para que as informações a respeito da disputa não fossem divulgadas. Afinal, se o jornalismo se sustenta sobre o princípio da exposição pública é de se imaginar que jornalistas sejam defensores da publicidade e não do segredo.

A juíza Angélica Nagao, do Fórum de Pinheiros, que recusou o pedido de Amorim para punir Mainardi, parece ter entendido que quem gosta de atirar pedras no telhado alheio não deve estranhar goteiras em sua cozinha. E mais: que entreveros entre jornalistas, em geral, são saudáveis. Rompe-se cumplicidades e são raras essas oportunidades em que a imprensa exerce consigo própria o rigor que costuma aplicar aos outros.

### Transações nebulosas

No episódio que envolve Paulo Henrique Amorim, por exemplo, vieram à tona acusações relevantes no momento em que se discute a conveniência de uma nova lei de imprensa. Para proteger o livre exercício do jornalismo é preciso deslegitimar o uso da atividade como balcão de negócios. Emprestar as garantias da liberdade de expressão para essa modalidade de crime organizado fere a credibilidade do conjunto dos jornalistas. Se a imprensa não reage, respondem todos como litisconsortes.

“O Paulo Henrique Amorim poderia explicar, por exemplo, as suas nebulosas transações imobiliárias”, sugere Alberico Souza Cruz, diretor de jornalismo da TV Globo quando Amorim ainda lá trabalhava. Alberico recorda-se da preocupação manifestada por Roberto Marinho quando soube que um empregado da emissora adquirira um apartamento em Nova York. “Senhor Alberico, com o que pagamos aqui é

---

possível comprar um imóvel ao lado do Central Park?” — perguntou o dono da Rede Globo pouco tempo antes de Amorim ser demitido, e passar a atacar a emissora, o que fez também depois de ser demitido da TV Bandeirantes e do iG.

“Precisamos definir se nosso compromisso é com o leitor ou se estamos todos à venda”, já disse, tempos atrás, em depoimento, o *publisher* Roberto Civita, da Abril, ao criticar a corrupção na imprensa.

O jeito Amorim de fazer jornalismo é contagioso. Na semana passada, contratado por uma das partes do litígio que envolve a VarigLog, o jornalista Cláudio Magnavita, do *Jornal do Brasil*, com uma prova ilícita nas mãos (correspondência interceptada), convenceu um juiz não muito perspicaz a punir o concorrente do seu patrocinador. Magnavita fez o que o ministro Gilmar Mendes, do STF, descreve como “o truque do mau policial que coloca cocaína no carro da sua vítima e a prende em seguida por porte de cocaína”. A manobra de Magnavita, que também é presidente da Associação Nacional dos Jornalistas de Turismo, turbinou o juiz e o noticiário.

### **Tráfico de influência**

O negócio que alavancou a carreira de Paulo Henrique Amorim nos últimos anos foi a guerra comercial das concessionárias de telefonia. O entendimento entre as empresas esvaziou o seu papel e ele foi afastado do portal iG, da Brasil Telecom. Em um processo que corre em Milão, seu nome apareceu no depoimento de uma intérprete e tradutora brasileira que trabalhava para a Italia Telecom. A incumbência de Amorim, disse ela, seria a de produzir notícias contra Daniel Dantas. Quem o colocou na missão foi o empresário Luís Roberto Demarco, que se apresentava aos italianos como elo de conexão com o governo Lula e gabava-se de grande influência junto à Polícia Federal, ao Ministério Público, ao Congresso e a jornalistas. Demarco foi pago por isso. Essas informações constam dos autos de processo judicial em diferentes depoimentos.

Supõe-se que seja a gravidade dessas imputações que levaram Paulo Henrique Amorim a pedir segredo de justiça para seus processos. Não enaltecem a pessoa, certamente.

O empresário Luís Roberto Demarco, que hoje é sócio de Amorim, gaba-se de já ter faturado pelo menos US\$ 6 milhões de dólares com a atividade de agir nas dobras dos negócios bilionários das telecomunicações. Demarco e Amorim tentaram conseguir, cada um, mais US\$ 100 milhões do Citibank, outro conglomerado que ficou na berlinda nessa história. “Se Dantas invadir o inferno, me alio ao Demônio para derrotá-lo”, gaba-se ele em um de seus arrojados textos recentes.

### **Date Created**

16/04/2008